

QUADRINHOS E EDUCAÇÃO NO BRASIL

COMICS AND EDUCATION IN BRAZIL

Ana Cristina dos Santos Malfacini Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda/RJ, Brasil
anamalfacini@hotmail.com

Cristiana de Almeida Fernandes Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro, Resende/RJ, Brasil
Cristiana.fernandes@aedb.br

Resumo Modernização da escola; qualidade total; adequação do ensino à competitividade do mercado; eficiência do ensino público versus ensino privado; qualificação e profissionalização dos educadores; incorporação na escola das técnicas e linguagens da informática e da comunicação. Estas são apenas algumas das palavras e expressões que remetem à ideologia neoliberal e suas implicações na área educacional. Entretanto, mesmo que estas não sejam diretamente o foco deste artigo, é interessante mencioná-las para contextualizar o problema que atravessamos. Assim, nosso objetivo é mostrar um breve levantamento da trajetória dos quadrinhos no Brasil, traçando interfaces com a cultura espanhola e a estadunidense, onde o gênero também fora usado com fins ideológicos e político-partidários, antes de ser abraçado como uma estratégia de ensino pelos materiais didáticos nas escolas brasileiras. Nesse sentido, destacamos os estudos de Fernandes (2017 e 2018), pesquisadora que tem se debruçado sobre o tema há mais de uma década, com o intuito de elucidar de que maneira as HQ vêm sendo usadas em favor de propostas políticas - algo que não é recente, nem restrito ao nosso país. Acreditamos, com isso, que este estudo - adaptado da tese doutoral de Fernandes (2018) -, possa ser de suma relevância para outros pesquisadores, sobretudo com interface nas áreas de Design, Comunicação e Educação.

Palavras-chave Quadrinhos. Educação. formação docente. Leitura. escola.

Abstract Modernization of the school; total quality; adapting teaching to market competitiveness; efficiency of public education versus private education; qualification and professionalization of educators; incorporation of computer and communication techniques and languages into the school. These are just some of the words and expressions that refer to neoliberal ideology and its implications in the educational area. However, even though these are not directly the focus of this article, it is interesting to mention them to contextualize the problem we are experiencing. Thus, our objective is to show a brief survey of the trajectory of comics in Brazil, tracing interfaces with Spanish and American culture, where the genre was also used for ideological and political-partisan purposes, before being embraced as a teaching strategy by teaching materials in Brazilian schools. In this sense, we highlight the studies by Fernandes (2017 and 2018), a researcher who has been focusing on the topic for more than a decade, with the aim of elucidating how comics have been used in favor of political proposals - something that is not recent, nor restricted to our country. We believe, therefore, that this study - adapted from Fernandes' doctoral thesis (2018) - could be of utmost relevance to other researchers, especially those with an interface in the areas of Design, Communication and Education.

Keywords Comics. Education. teacher training. Reading. school.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 20/02/2024
Publicado em 10/04/2024

Quadrinhos: de mocinhos a vilões

Pode-se dizer que a sala de aula da juventude brasileira sempre se beneficiou dos quadrinhos pela fácil leitura e pela rápida aceitação, talvez por suas cores e dinamismo, conjugando imagem e palavra. De fato, a nona arte ajudou no aprendizado da leitura de milhões de cidadãos em todo o mundo.

Com isso, hoje há regulações no Ministério da Educação e Cultura - MEC para a presença das HQs em sala de aula e nas bibliotecas públicas, calcadas nas “boas experiências” de letramento de crianças, em conjunto com outros instrumentos. As Diretrizes Curriculares Nacionais (LDB) sugerem desde a promulgação da Lei n.9394/96, o uso de mecanismos de acesso à leitura que fazem uso da linguagem verbal e não verbal (neles incluídos os quadrinhos) como aporte às aulas de línguas. Além disso, há a previsão de que esses recursos sejam usados em outras instâncias para o aprendizado de Matemática, Ciências e até Artes, buscando também o cumprimento das competências transversais:

Conceber a gestão do conhecimento escolar enriquecida pela adoção de temas a serem tratados sob a perspectiva transversal exige da comunidade educativa clareza quanto aos princípios e às finalidades da educação, além de conhecimento da realidade contextual, em que escolas, representadas por todos os seus sujeitos e a sociedade, se acham inseridas (...) Parte--se, pois, do pressuposto de que, para ser tratada transversalmente, a temática atravessa, estabelece elos, enriquece, complementa temas e/ou atividades tratadas por disciplinas, eixos ou áreas de conhecimento (BRASIL, 2013, p.29).

Segundo a pesquisadora Valéria Bari (2008, p.13), a Lei n. 9394/96 promoveu, finalmente, o reconhecimento das HQs como conteúdo dinâmico em sala de aula, em que se ia enaltecendo o potencial desse meio como alavancador da leitura. Para Bari:

Apesar de as histórias em quadrinhos já figurarem anteriormente nos materiais didáticos, a publicação da LDB configurou a estimulação de sua leitura por alunos dos diversos níveis educacionais dentro das políticas públicas de educação nacional.

Devido a isso, o mercado brasileiro de livros infantis e juvenis paradidáticos cresceu a passos largos nos últimos anos. As editoras, buscando vencer a concorrência de venda desse material para o MEC (através do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE), aumentaram seu cadastro de autores de livros infantis, sobretudo os elaborados pela linguagem das HQs, porque, segundo os editais do MEC, adaptações da literatura tradicional são pré-requisito de participação. Paulo Ramos (2013), jornalista, professor e pesquisador de HQs, em uma entrevista para a Revista *Carta na Escola*, alerta que o Programa contribui para o aumento efetivo das tiragens mínimas, passando de mil a três mil exemplares, “chegando à casa dos dois dígitos”. Afirma que há de se ter um cuidado, sobretudo com as adaptações, pois pode ser que se privilegie a linguagem quadrinística em detrimento da leitura dos clássicos de literatura, o que é “algo insubstituível”, nas palavras do próprio

pesquisador.

Contudo, assim como ressaltou Bari, esse devido reconhecimento dos quadrinhos em sala de aula aconteceu tardiamente, pois nem sempre foi assim. Houve uma época em que se rasgavam as revistas nas escolas com a justificativa de que eram um meio pelo qual crianças e jovens poderiam cair facilmente em corrupção. Muitos problemas de conduta não só no Brasil, mas em outros países, eram atribuídos à "leitura subversiva".

O Brasil sempre foi destaque no avanço produtivo da nona arte, pois chegava a lançar edições dos heróis americanos em concomitância com os Estados Unidos e também deu margem ao surgimento de um sem número de autores de reconhecimento internacional. Por outro lado, sofreu tentativas de intervenções governamentais e uma espécie de retaliação por parte da sociedade em herança àquele país. Hoje não é precipitado afirmar que muitos professores ainda encontram resistência ao seu uso em sala de aula, além de não terem um amplo conhecimento dos recursos oferecidos.

O pesquisador Flávio Calazans (*apud* BONINO, 2008) assegura que isso se dá pelo fato de que “grande parte cresceu com a ideia de que não é leitura indicada”. Vergueiro (2013, p.76) alerta para o fato de que os professores, de verdade, já tiveram a crença de que as HQs afastariam os jovens da leitura dos “livros de verdade”, estimulando a “preguiça mental”, podendo trazer riscos ao rendimento escolar dos alunos, mas isso vem mudando.

2 O *Fahrenheit* dos quadrinhos no Brasil

Os pesquisadores Álvaro de Moya e Otacílio D'Assunção (2002, p.49), em um texto que conta a história das histórias em quadrinhos no Brasil, relatam que em todo o mundo houve uma espécie de “inquisição em pleno Séc. XX”, com o surgimento de enormes fogueiras em cidades onde se destruíram milhares de gibis nos anos 50, nos EUA, enquanto aqui no Brasil “começava uma pressão por parte de professores que acusavam os gibis de *deseducativos*, de causarem ‘preguiça mental’ e ‘falarem’ em mau português”. Segundo os autores:

não se chegou a haver CPI, mas algumas autoridades eclesíásticas e muitos pedagogos externaram suas preocupações. Escolas, professores e professoras, igreja, padres, pais e mães evitavam que as crianças lessem gibis (MOYA & D'Assunção, 2002, p.49).

Sob a declaração de Moya e Assunção (2002, p.52), a Editora EBAL, naquele tempo, publicou trinta quadrinizações de romances literários por ano, além dos quadrinhos fazendo adaptações históricas, numa tentativa de que os educadores se afeioassem pela sua linguagem. “Ainda assim, professores e professoras chegaram a confiscar as revistinhas dos alunos e queimá-las no recreio (era o *Fahrenheit* 451 dos gibis)”. Para não inovar muito, autores de HQs procuravam manter uma quantidade de texto grande, colocando os desenhos e a sequência de quadros em segundo

plano.

É possível considerar que os quadrinhos brasileiros nasceram praticamente para fins educativos, com a proposta de conter sempre uma mensagem como "pano de fundo" do entretenimento. O jornalista e pesquisador Gonçalo Junior (2014, p.52) relata um episódio em que Adolf Aizen, então responsável pela importação dos heróis americanos para o Brasil e pelo lançamento do *Suplemento Infantil* no "A Nação" (depois *Suplemento Juvenil*), recebe alunos do Colégio Pedro II para o lançamento de um novo tabloide em prol de uma campanha pela paz, "contra o analfabetismo 'e outros flagelos da civilização'". O autor afirma que Aizen se afeiçãoou pelos jovens e os apoiou na fundação de um fã-clube para o seu suplemento, no qual recebia diversas sugestões para novos lançamentos. Essa interação deu partida, entre conferências e discussões, a uma parceria entre eles, na qual os meninos colaboravam com textos sobre os acontecimentos culturais na cidade, a princípio, com a finalidade de fazer campanhas cívicas em prol do Brasil.

Além da contratação de um dos garotos como repórter-mirim, tal combinação resultou no início da formação de uma das primeiras escolas de jornalismo do país, a "Escolinha do Suplemento Juvenil". Entre outros ocorridos, o suplemento passou a ser publicado a cada 15 dias, gerando mais de 800.000 unidades/mês em venda. A título de comparação, o tabloide, em seu lançamento, triplicou a venda no jornal *A Nação*, passando de 20.000 a 60.000¹ unidades por semana.

Após ter trabalhado em conjunto com o então Capitão do Exército João Alberto Lins e Barros, chefe da Polícia de Getúlio Vargas, Aizen, quando estreou em *A Nação*, contribuiu para a produção de cartilhas educativas que eram distribuídas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante a ditadura de Vargas na formação do Estado Novo. Muito embora fosse estabelecida uma regulação para o controle de material publicitário, jornalístico e artístico, através do *Departamento Oficial de Propaganda* (DOP), em 1930 - depois, *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP), em 1939 - , naquele momento, segundo Gonçalo Junior (*idem*, p.83), "os quadrinhos jamais sofreram qualquer tipo de perseguição pelos censores de Vargas". Além disso, o autor conclui que

a suposta "tolerância" do DIP com os quadrinhos parece ainda mais evidente quando se observa a estreita vigilância que o órgão exerceu sobre o material escolar produzido ou patrocinado pelo governo para os estudantes do primário e do secundário.

Entretanto, por mais que se tenham iniciado com finalidades educativas, ao atingirem seu ápice no pós-guerra com campanhas anti-comunismo, alguns gêneros surgiram deixando margem para dúvidas em relação à sua "má influência" em relação às crianças e aos jovens. Acerca disso, Vergueiro (2014, p.11) ressalta que "o período de pós-guerra e início da chamada Guerra Fria foi especialmente propício para a criação do ambiente de desconfiança em relação aos quadrinhos". À medida que as revistas de terror e suspense eram lançadas, mais se despertava o interesse desse público – isso sem contar aqueles gêneros que já vinham sendo publicados, como os quadrinhos de

¹ Dados encontrados no livro de Gonçalo Junior (2004).

aventura, infantis entre outros.

A ideia do repúdio às tiras quadrinísticas nasceu, segundo Junior (2004, p. 88), de uma briga de mercado editorial entre Roberto Marinho, o então responsável pelo jornal O Globo, e Orlando Dantas, seu concorrente com o Diário de Notícias. O periódico de Marinho trazia, por volta de 1941, um suplemento infantil com quadrinhos adaptados dos Estados Unidos. Dantas, acreditando em um problema de concorrência, acusou Marinho de "desnacionalizar o espírito da criança brasileira".

O Brasil, naquele momento, passava por período delicado em relação à censura de Vargas. Já havia uma tentativa de "caça aos quadrinhos" iniciada pela igreja, motivada pela retaliação às HQs no continente europeu nos anos 30 e "abafada" por integrantes do governo. Gonçalo Junior (*idem*, p.79) relata que o padre carioca Arlindo Vieira, em vários artigos para revistas e jornais, realizava "ataques" contra as "historietas em quadrinhos", inspirado no cenário de repúdio já instaurado na Itália. Motivado pelas críticas iniciadas pelo padre e pela igreja católica como um todo, Dantas achou um trunfo para contribuir para com um "ataque" aos quadrinhos.

Em 1939, ocorreu a primeira manifestação pública pela censura às historietas em quadrinhos. O assunto foi pauta de discussão de um encontro de bispos em São Paulo, tomando uma proporção por toda a imprensa. A partir de então, o tema tomou grande repercussão na mídia, depois que foi recomendado que os padres alertassem os paroquianos sobre o perigo das HQs, usando-se o argumento de que as historietas traziam temas internacionais prejudiciais às crianças.

Tamanha ressonância levou editores como Aizen a se defenderem na grande imprensa. Junior (*Idem*, p. 89) destaca que o referido produtor publicou no jornal *Diário de Notícias* uma defesa a uma carta que um jovem teria enviado à imprensa, relatando os problemas que os quadrinhos traziam para o seu rendimento escolar. Segundo o autor, "o editor usou um tom forte que jamais voltaria a repetir no futuro, quando optaria pela diplomacia para tratar do assunto".

Naquele momento, uma revista que tinha grande destaque sob a supervisão de Aizen era a conhecida *Mirim*. A publicação — assim como outra de sucesso, *Gibi*, liderada por Roberto Marinho — combinava quadrinhos internacionais com produções brasileiras, jogos e passatempos. Ambas já tinham a preocupação em dar o tom educativo às historietas, sendo admiradas pelas crianças e jovens. Assim, sob a alegação de que a *Mirim* era boa para o público juvenil, Aizen (*apud* Junior, 2004, p. 89) sai em sua defesa em relação àquela carta:

Minhas publicações não só trazem episódios da história do Brasil e assuntos educativos, como temas capazes de cultivar sentimentos patrióticos na juventude. Seria uma calúnia se o jovem estudante de Niterói não fosse um irresponsável. E irresponsáveis os que fizeram copiar e assinar tais leviandades.

A partir desses episódios, por mais que as empresas que lançavam quadrinhos discordassem da retaliação sofrida, já passavam a tomar um certo cuidado com seus conteúdos; afinal, sem dúvida, as HQs sempre foram um negócio lucrativo.

Aos poucos iam surgindo outros gêneros, despertando cada vez mais a curiosidade juvenil. Existiam quatro revistas de maior destaque e todas seguiam o mesmo padrão editorial, diferenciando-se apenas em qualidade de impressão, quantidade de páginas e personagens: *O Tico-Tico*, *Mirim*, *Gibi* e *Guri* (esta, liderada por Assis Chateaubriand). Nelas, as narrativas de adaptações literárias e os quadrinhos sobre personagens históricos eram mesclados aos heróis americanos e aos temas de aventura, progredindo para o surgimento dos quadrinhos educativos em concomitância com a edição de outros gêneros, reafirmando-se a necessidade de se ter uma produção lucrativa e livre da censura.

3 O nascimento do gênero educativo: a saída à perseguição

Ainda nos anos quarenta, o prosseguimento da guerra trazia a muitos países problemas com racionamento de recursos (JUNIOR, 2004, p. 95), além da iminente carência financeira e dificuldades de acesso. Um desses materiais era o papel, importado do Canadá para o Brasil e, sob essa alegação, as editoras ficaram sujeitas a um racionamento. Contudo, é certo que havia um motivo mais do que político por trás dessa restrição: o de conter a publicação dos quadrinhos.

Algumas histórias produzidas se dirigiam a transmitir mensagens, mesmo que veladas, contra as ditaduras. Então, nada “mais justo” que algo fosse feito para “calar os subversivos”. Sabia-se do alcance que os quadrinhos já tinham com o público formador de opinião, porém não se podia restringir de todo a sua propagação, uma vez que muitas delas serviam de interface para a propaganda de guerra, assim como revela Sarasola (2014, p.13) a respeito dos tebeos espanhóis: “a ditadura não tardou em perceber o potencial doutrinator das historietas, e começou a impor-lhes conteúdos de acordo com os pilares ideológicos do regime”.

No Brasil não foi diferente, pois como afirma Junior (2004, p. 95), “com a decretação do racionamento, a distribuição de cotas de papel se tornou uma medida eficiente do DIP para tentar calar as poucas publicações que ainda faziam oposição a Vargas”. Ele conclui que a *Revista Diretrizes* quase foi descontinuada em razão dessa conduta.

Uma das primeiras alternativas encontradas foi quando Adolf Aizen, editor brasileiro, encontrando problemas para imprimir suas revistas por conta das restrições de papel, conseguiu publicar o segundo livro em quadrinhos da série *Grandes Figuras do Brasil*, enviando posteriormente um exemplar a Getúlio Vargas com um bilhete. Aizen “justificou o presente como uma demonstração de que as histórias em quadrinhos poderiam ser úteis na formação de crianças”. Logo após esse episódio, o editor obteve uma resposta do presidente, dizendo que, “cultivar nos jovens a admiração pelos heróis nacionais é obra patriótica e merecedora de louvores. O livro *Grandes figuras do Brasil* constitui, nesse sentido, valiosa e oportuna iniciativa”.

Também nos anos quarenta, alternativas às retaliações aos quadrinhos na Espanha estavam

sendo encontradas. À exceção de *Flechas y Pelayos*, do Frei Justo Pérez de Urbel² (a autoridade máxima para as publicações), entre alguns outros títulos, sob a jurisdição de eclesiásticos, nenhum *tebeo* poderia ser publicado sem autorização. E, muito mais do que um organismo de controle, o papel era moeda de troca entre as editoras.

"Uma prova do que as quotas de papel tinham mais do que um instrumento de censura que de mecanismo de racionalização de recursos" (*idem*, p.52) foi o fato de a Revista *Chicos* ter uma quantidade a mais de páginas, sendo impressa em boa qualidade. Isso talvez por ser uma publicação que estava nas mãos da Falange.

Vale ressaltar que as restrições do uso de papel e a necessidade de autorização para impressão, além de uma tentativa de controle, eram uma questão de sobrevivência. Esse quadro deu margem para que os editores imprimissem materiais de qualidade baixa de tinta e papel. Nas palavras de Antonio Lara (2000, p. 45),

as duras condições daquele momento histórico afetaram as vidas dos sobreviventes na guerra, evidentemente, e se poderiam apreciar, de forma especial, na qualidade dos impressos, especialmente os mais baratos, sobre materiais inaceitáveis, ainda que a perícia dos profissionais de Artes Gráficas conseguisse verdadeiros primores, quase milagrosos, levando em conta a penúria generalizada do setor.

Ainda que tentativas de regulação do conteúdo quadrinístico viessem sendo executadas ao longo de três décadas, nos anos cinquenta uma espécie de “pânico moral” instaurado nas sociedades ocidentais trazia à tona discussões mais intensificadas acerca do tema. Isso pode ter sido acentuado com o surgimento do livro do Dr. Whertham, mesmo que na Espanha não apareçam indícios claros dessa relação.

Na Espanha, a explosão da Guerra Fria dava substância para o prosseguimento de novas regras a partir da instauração do Ministério de Informação e Turismo (em 1951). Aliás, essas mudanças vinham sendo praticadas desde 1945 com a pretensa previsão da derrota franquista ante aos acontecimentos mundiais. O General começou a tomar decisões menos radicais para que os seus feitos obtivessem uma projeção exterior, ou seja, uma aparente abertura para promover uma aproximação com os Estados Unidos. Porém, seguia vigente a Lei de Imprensa de 1938, em que

qualquer publicação que se editasse anteriormente ao que aspirasse em cabeceira periódica tinha que solicitar permissão correspondente. Se a permissão não fosse concedida, como foi o caso da maioria das petições, a publicação convertia--se em “folheto” ou “unitária” (SANCHIS, 2010, p.34).

Com isso, muitos editores seguiam com a alternativa de mudar de nome algumas revistas, personagens e histórias, lançando uma espécie de revista sem periodicidade e sem continuidade, ao inverso do que acontecia no Brasil e nos Estados Unidos. Porém, é curioso o fato de que a proibição das publicações nunca se deu na íntegra, pois esse instrumento também era valioso para “educar

² Segundo Antonio Martín, o frei beneditino era responsável pela fiscalização de todo *tebeo* que se apresentava como periódico, uma vez que, além de Editor de *Flechas y Pelayos*, acumulava funções no governo e no alto clero, tornando-se um dos personagens mais conhecidos da censura franquista (MARTÍN, 2011, p.122).

crianças e jovens”, como “arma de propaganda política”. Ainda que sob censura, a “ordem” acontecia baseada em um conjunto de regras muito parecido com os *comic code* instaurados naqueles países, porém se diferenciando em sua imposição. Ou seja, nos Estados Unidos e no Brasil as regulações eram internas às empresas, sofrendo uma grande pressão da sociedade.

Em 1952, com a criação da Junta Assessora da Imprensa Infantil, na Espanha, surgia uma espécie de leitura permitida com um cunho exclusivamente educativo, uma vez que fora quase uma imposição. A finalidade da associação, segundo Sanchis (2010, p.84), era a de doutrinar os editores para que optassem pelo caminho do gênero infanto-juvenil, sendo muito mais fácil o controle, com “critérios (morais) de censura mais objetivos”, que, com o passar do tempo, iam aumentando de maneira gradual.

Uma das funções da Junta foi a de classificar o público por idade: seis a dez anos e dez a quatorze anos. Para o primeiro grupo, os quesitos existentes nas primeiras normas publicadas abordavam, entre outras coisas, a proibição da existência de crimes, suicídio ou o aparecimento de elementos que pudessem prejudicar o sistema nervoso das crianças; que se evitasse o aparecimento do diabo para a obtenção de algum êxito, bem como o aparecimento de uma falsa bondade vivida por personagens infantis. Além disso, o código criava ressalvas com assuntos ligados ao sexo, ao comportamento e à violência divididos em doze pontos (2010, p. 88). Para a segunda classificação de idade, o código, dividido por blocos (quesitos morais, religiosos, familiares e sociais), trazia mais uma série de outros itens, ou seja, era muito mais rígido e exaustivo.

Todos os códigos criados nos países do ocidente tinham a justificativa de conter os ânimos ao suicídio, aos atos ilícitos ou à violência pura, uma vez que os gêneros de terror, ficção e o de conteúdo “apimentado” tomavam conta da procura pelos jovens. O conjunto de regras citadas se baseava na “moral e nos bons costumes”, sobretudo nos teores estabelecidos pela igreja. Portanto, não é demasiado afirmar que o gênero educativo, segundo o modelo que já era empregado nos EUA, buscava estar dentro das normas, com um peso ideológico importante, focando os ideais do Estado e da Igreja.

O jornal *La Vanguarda Espanhola* chegou a publicar um texto de John Brown (1954, p.10), repórter correspondente do periódico em Londres que, entre outras palavras, chamava a atenção das autoridades policiais aos conteúdos das historietas de terror. Dizia a matéria (que tinha uma boa quantidade de caracteres) que o governo espanhol deveria estabelecer uma censura prévia a esse tipo de material, pois além de obscena, a história apresentava pessoas com as mãos cortadas, “as tripas de fora”, decapitações e ilustrações de mau-gosto. O jornalista ainda afirma que a mídia em questão leva a crer, por qualquer pessoa sensata, que esse tipo de publicação “deprava e prejudica a mente, a moral e os modos das crianças”. É mencionado ali, mais uma vez, que até um editor dos EUA assume diante da corte o “mau-gosto” desses quadrinhos.

Diante desse cenário, para manter a sobrevivência das editoras é que surgem diversos títulos livres de contestação, ditos Quadrinhos Educativos. Há de se considerar que temas sexuais ou outros

conteúdos suscetíveis ao julgamento e à restrição das autoridades faziam parte dos temas de restrição de todos os códigos pertencentes aos países ocidentais.

No Brasil, a censura propriamente dita ocorreu após a revolução de 1964. Antes disso, os códigos eram métodos de conduta internos às editoras. Já na Espanha, à medida que a censura franquista avançava, os setores responsáveis faziam emendas ao seu método. Por isso, pode-se dizer que os *comics* educativos na Espanha foram criados ao largo do avanço ditatorial, enquanto que no Brasil foram surgindo títulos por pressão da sociedade.

Há muitos críticos na literatura que se ocupam em estudar o tema a respeito da ausência de linguagem adequada no emprego da mescla texto e imagem no gênero em questão. Grandes quantidades de palavras dentro dos balões ou até ausência de diálogos entre os actantes, pouca dinâmica entre os personagens, entre outras.

Existe uma crítica à qual se pode dar maior atenção, que trata da maneira como se fazem as adaptações da literatura obrigatória dos grandes títulos nas escolas. Estudiosos alertam para o fato de que cada gênero literário deve ter a sua conduta e, nesse aspecto, o quadrinho tem o seu devido valor.

Além das adaptações literárias, muitas histórias educativas buscavam (e buscam) retratar de maneira real a vida e os feitos dos personagens da história daqueles países: heróis, reis e cavaleiros condecorados. Outro tema bem difundido era o religioso, como a catequese e os bons modos, com exemplos dados às crianças da boa conduta e do bom comportamento. Basicamente, nesse gênero, transparece a ideologia dos governos e do clero, base de qualquer ditadura. Sobre a imprensa ideológica na Espanha, afirma Antonio Martín (2011, p.70) que

(...) também não se pode descartar a possível pressão sobre os editores dos educadores. E, ao fundo, a igreja, que não via com bons olhos a existência de uma imprensa puramente recreativa dirigida às crianças e ainda menos baseada em imagem. Dela ficam abundantes referências nas ações dos grupos católicos que entraram nestes anos na vida pública espanhola, muito especialmente no campo da imprensa.

Martín ainda atenta para o fato de que o próximo passo foi criar revistas de conteúdo eclesiástico como oposição às revistas comerciais. O que passou na Espanha naquele momento foi a presença massiva de padres como editores, por exemplo, e isso ocorreu logo nos primeiros passos da ditadura. Um exemplo disso foi a Revista *Alegría*, criada nos anos 1920. “Por sua perfeita sincronia com as abordagens ideológicas” (cf. MARTÍN, 2011), era permitido que ela fosse editada na Catalunha.

Pode-se ver, portanto, que a história dos quadrinhos educativos na Espanha se confunde com a história dos quadrinhos ideológicos, ou seja, revistas de conteúdos utilizados para doutrinar.

O mesmo ocorre no Brasil. Enquanto o gênero educativo surge nos Estados Unidos, versões da Bíblia Sagrada, entre outros títulos religiosos, são editados nacionalmente. Uma das justificativas da indústria americana na representação de Bill Gaines, editor da EC, para permanecer no mercado, foi o fato de seu pai ter publicado uma versão quadrinizada do livro sagrado (JUNIOR, 2004, p. 241).

Dos títulos brasileiros mais importantes, destacam-se aqueles editados pela Ebal, ou seja, a

editora que se dedicou a criar seu próprio código de ética para se livrar dos censores. Seguindo o modelo dos EUA, ela não criou um selo de autenticidade, mas um alerta de idade, que apareceria em todas as revistas.

Numa carta de 14 de outubro de 1954, pouco mais de uma semana antes do lançamento oficial do código, Rheinstrom informou ao editor da Ebal que havia sido decidida a criação de um código de autorregulamentação do mercado de quadrinhos, e que isso seria anunciado em breve (JUNIOR, 2004, p.245).

O *comic code* americano compunha um kit de nove livretos, criado pelos editores, que eram pressionados pelos especialistas, e enviado para os diretores da Ebal. Logo depois, Alfredo Machado e Adolfo Aizen fizeram a edição brasileira do material para uso em sua própria editora, apoiados pelo escritor Gilberto Freyre, quando publicou uma nota em O Cruzeiro citando a repercussão dos jornais britânicos de que quanto ao fato de os gibis ajudarem na alfabetização. Freyre era um grande defensor dos quadrinhos, e os defendia com o argumento de que “eram um tipo de literatura ou de arte cuja forma não deveria ser confundida de modo leviano com o conteúdo” (2004, p. 252). Junior conclui que Gilberto defendia o uso desses gibis como divulgação de feitos históricos, de heróis nacionais etc, e não apenas de conteúdos de gângsteres e caubóis.

A edição do *comic code* de Aizen traria 23 determinações, intitulada de “Os mandamentos das histórias em quadrinhos”. Tal qual o que acontecia na Espanha, o modelo previa “mutilações” e nacionalização de nomes de personagens do material que vinha dos Estados Unidos, assim como a alteração de cenários e adaptação dos desenhos e palavras.

Porém, até antes do regulamento, a Ebal já possuía seu rol de gibis educativos, como é o caso da *Revista Epopeia*. Só que, por causa de uma capa com duas meninas desnudas editada no ano de 1953, esta também sofreu represálias dos padres e ainda recebeu cartas de protesto dos leitores (cf. JUNIOR, 2004).

Além de *Epopeia*, havia a publicação de *Grandes Figuras*, uma vez publicada com uma adaptação de um conto da escritora Cecília Meireles, grande defensora dos quadrinhos. Tal revista também já tinha trazido uma adaptação à vida de Tiradentes, entre outros feitos históricos.

Também tinham destaque na Ebal: a Revista Edição Maravilhosa, com histórias adaptadas muitas vezes do cinema, com figuras do folclore e da literatura; a publicação Ciência em Quadrinhos, com a explicação de fenômenos físicos e químicos; e Série Sagrada, com contos adaptados da Bíblia e de seus personagens, entre outros exemplares de histórias dos santos e de papas, por exemplo. Logo depois, editou-se *O Reino Encantado das Histórias em Quadrinhos*, entre outros títulos.

4 Considerações Finais

O lançamento do conteúdo educativo em revistas nos EUA, na Espanha e no Brasil foi uma tática muito bem-sucedida para a aceitação do público e dos membros do poder. Mas é certo que,

muitas vezes, os responsáveis pelo controle sempre olharam para os conteúdos da maneira que proferiam e, apesar de o gênero educativo ter tido a melhor das boas intenções, de fato os quadrinhos, por mero desconhecimento, sempre foram vistos como uma literatura “rasa”, mas que detêm a atenção do público.

Por mais que esses países tenham hoje o estado de direito democrático como condição *sine quae non* de sua política, ainda há um grande desconhecimento dos conteúdos existentes, da variedade de temas e dos recursos oferecidos pela nona arte pelos que a fazem, adaptam, usam, leem e até pelos que educam, incluindo os pais e governantes. Talvez por isso a venda desse material tenha diminuído na forma física em alguns países. Contudo, os que sabem fazer bem, produzir bem, detêm o mercado a passos largos e um segredo para isso é ouvir o próprio jovem e estar onde ele seus olhos alcançam os olhos, ou seja, atentar aos recursos de linguagem (específicos dos quadrinhos) para a comunicação. Pois mesmo se pretendendo educativos, não é por possuir simplesmente uma história sequencial quadrinizada que se irá obter a atenção da criança, mas sim com o conhecimento de seu uso por parte do professor ou educador.

O que se sabe hoje é que o atrativo para o jovem é a tecnologia, os temas “delicados” e a associação com outras mídias. Sempre haverá uma alternativa à proibição ou à repressão. Portanto, não é quem faz ou quem repreende que alavanca faz as vendas alavancarem, mas a curiosidade e a vontade de conhecer, de explorar. Certamente, os quadrinhos autorais, com liberdade de criação, fazem isso muito bem.

É sabido que os meios de comunicação apresentam sempre um propósito ideológico, no qual a educação também se baseia. Daí, quadrinhos e ideologia, antes de terem um fim, são meio de transmissão de mensagens, independente do emissor. Ainda que o propósito seja educativo, haverá sempre um conteúdo político, cabendo ao professor ou educador estar consciente disso e auxiliar seus alunos a se desenvolverem como leitores autônomos, aptos a fazer sua própria leitura do mundo, e não receptores passivos da leitura alheia.

Segundo dados do Prova Brasil do ano de 2013, 55% dos docentes que atuam no ensino fundamental e médio não leem com frequência, o que afeta diretamente a formação do alunado brasileiro. Parafraseando as palavras do sociólogo e ex-ministro da educação Darcy Ribeiro, a crise da educação é um projeto, afinal, à medida que o próprio professor não tem condições de subsidiar suas leituras (ou até desenvolver gosto por elas), menos o estudante terá chance de efetivamente encontrar no docente um papel de mediação e de interlocução nas múltiplas leituras do mundo. E, dentro desse ciclo vicioso, encontram-se tiras e HQs, ora vistas como auxiliadoras do processo educativo, ora vistas como algozes da “moral e dos bons costumes”.

Resta saber se a crise socioeconômica, a reforma do ensino médio implementada a partir de 2018 com a nova base nacional curricular e os impactos deixados pela administração federal nos anos de 2018 a 2022 poderão ser minimizados em prol de uma docência mais valorizada e, no mínimo, mais capacitada para enfrentar os desmandos do capitalismo selvagem em favor de uma

educação mais solidária, cidadã e leitora crítica – até/principalmente de quadrinhos.

5 Referências bibliográficas

- BARI, Valéria Aparecida. **O potencial das histórias em quadrinhos na formação de leitores: busca de um contraponto entre os panoramas culturais brasileiro e europeu**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes / Universidade de São Paulo -ECA/USP, 2008. (Tese de Doutorado).
- BONINO, Rachel. **Onomatopeia, imagem e ação**. Revista Carta Capital – Set. 2013 – Ed. 79. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/144/artigo234570-1.asp>>. Acesso em: 05 Mar. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica/ Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- FERNANDES, Cristiana de Almeida Et. Al. *in* VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo; CHINEN, Nobu. (Orgs.) **Desenho para quadrinhos: traço, estilo, mensagem**. 4as Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos – Anais. 22 a 25 de agosto de 2017, São Paulo. São Paulo: Observatório de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/anais2ajornada/anais4asjornadas/artigos.php?artigo=q_1_generos/cristina_fernandes_et_al.pdf>. Acesso em: 01 Mar. 2018.
- JÚNIOR, Gonçalo. **A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LARA, Antonio. **Los tebeos del franquismo**. *In*: ALARY, Viviane (org.). *Historietas, cómics y tebeos españoles*. Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, 2002.
- LA VANGUARDIA ESPAÑOLA. **Las historietas infantiles de horror**. Notícia de jornal. 29 Out. 1954. Madrid: LA VANGUARDIA ESPAÑOLA, 1954. P.10.
- MARTÍN, António. **Apuntes para una historia de los tebeos**. Glenat, Barcelona, 2000.
- _____. **La historieta española de 1900 a 1951**. *In*: Arbor. Ciencia, pensamiento y cultura, CLXXXVII 2EXTRA, 2011.
- MOYA, Álvaro de; D'ASSUNÇÃO, Otacílio. **Edições maravilhosas: as adaptações literárias em quadrinhos**. *In*: CIRNE, Moacy et al. *Literatura em quadrinhos no Brasil: acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- SANCHIS, Vicent. **Tebeos mutilados: la censura franquista contra Editorial Bruguera**. Ediciones B, Barcelona, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio. **A revista Gibi e a consolidação do mercado editorial de quadrinhos no Brasil**. Matrizes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio (orgs.) **O Tico-Tico 100 anos: centenário da primeira revista de quadrinhos do Brasil**. Vinhedo: Opera Graphica, 2005.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMA, Angela (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2014. 4ª ed.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. **Quadrinhos na educação: da rejeição à prática**. São Paulo: Contexto, 2013. 224 p.